

Luan Tarlau Balieiro
Gislaine Buraki de Andrade
Aline Rodrigues Alves Rocha
(Orgs.)

EDUCAÇÃO

EM UM CONTEXTO MULTIDISCIPLINAR

CONCEPÇÕES, ABORDAGENS E EXPERIÊNCIAS



VOL. 4



científica digital



CIENTÍFICA DIGITAL EDITORIAL LTDA

Barueri - São Paulo - Brasil
www.cientificadigital.org - contato@cientificadigital.org

Diagramação e Arte	Edição © 2026 Científica Digital
Diego Santos	Texto © 2026 Os Autores
Diogo Lima	1ª Edição - 2026
Imagens da Capa	Acesso Livre - Open Access
Adobe Stock - 2026	

© COPYRIGHT - TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. A editora detém os direitos autorais sobre a edição e o projeto gráfico, enquanto os autores mantêm os direitos autorais de seus respectivos textos. Esta obra está licenciada sob a Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, permitindo o download e compartilhamento integral ou parcial, desde que a fonte seja devidamente citada e os créditos atribuídos aos autores. É obrigatório que a obra permaneça em formato de Acesso Livre (Open Access), sem qualquer alteração.



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24

Educação em um contexto multidisciplinar: concepções, abordagens e experiências: volume 4 / Luan Tarlau Balieiro (Organizador), Gislaine Buraki de Andrade (Organizadora), Aline Rodrigues Alves Rocha (Organizadora). – Barueri-SP: Científica Digital, 2026.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui Bibliografia

ISBN 978-65-6155-XXX-X

DOI 10.37885/978-65-6155-XXX

1. Educação. I. Balieiro, Luan Tarlau. II. Andrade, Gislaine Buraki de. III. Rocha, Aline Rodrigues Alves. IV. Título.

CDD 370

Elaborado por Janaína Ramos – CRB-8/9166

Índice para catálogo sistemático:

I. Educação

E-BOOK

ACESSO LIVRE ON LINE - IMPRESSÃO PROIBIDA

2026

Luan Tarlau Balieiro
Gislaine Buraki de Andrade
Aline Rodrigues Alves Rocha
(Orgs.)

**Educação em um Contexto
Multidisciplinar: concepções,
abordagens e experiências**

Volume 4

1ª EDIÇÃO



científica digital

2026 - BARUERI - SP

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. André Cutrim Carvalho
Prof. Dr. Antônio Marcos Mota Miranda
Prof^a. Ma. Auristela Correa Castro
Prof. Dr. Carlos Alberto Martins Cordeiro
Prof. Dr. Carlos Alexandre Oelke
Prof^a. Dra. Caroline Nóbrega de Almeida
Prof^a. Dra. Clara Mockdece Neves
Prof^a. Dra. Claudia Maria Rinhel-Silva
Prof^a. Dra. Clecia Simone Gonçalves Rosa Pacheco
Prof. Dr. Cristiano Marins
Prof^a. Dra. Cristina Berger Fadel
Prof. Dr. Daniel Luciano Gevehr
Prof. Dr. Diogo da Silva Cardoso
Prof. Dr. Ernane Rosa Martins
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes
Prof. Dr. Fabricio Gomes Gonçalves
Prof^a. Dra. Fernanda Rezende
Prof. Dr. Flávio Aparecido de Almeida
Prof^a. Dra. Francine Náthalie Ferraresi Queluz
Prof^a. Dra. Geuciane Felipe Guerim Fernandes
Prof. Dr. Humberto Costa

Prof. Dr. Joachin Melo Azevedo Neto
Prof. Dr. Jónata Ferreira de Moura
Prof. Dr. José Aderval Aragão
Prof. Me. Julianno Pizzano Ayoub
Prof. Dr. Leonardo Augusto Couto Finelli
Prof. Dr. Luiz Gonzaga Lapa Junior
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva
Prof^a. Dra. Maria Cristina Zago
Prof^a. Dra. Maria Otília Zangão
Prof. Dr. Mário Henrique Gomes
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes
Prof. Dr. Nelson J. Almeida
Prof. Dr. Pedro Afonso Cortez
Prof. Dr. Reinaldo Pacheco dos Santos
Prof. Dr. Rogério de Melo Grillo
Prof^a. Dra. Rosenery Pimentel Nascimento
Prof. Dr. Rossano Sartori Dal Molin
Prof. Me. Silvio Almeida Junior
Prof^a. Dra. Thays Zigante Furlan Ribeiro
Prof. Dr. Wescley Viana Evangelista
Prof. Dr. Willian Carboni Viana
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme

Acesse a lista completa dos Membros do Conselho Editorial em www.editoracientifica.com.br/conselho

Parecer e revisão por pares

Os textos que compõem esta obra passaram por avaliação do Conselho Editorial e revisão por pares externos (*Peer Review*), recebendo a devida recomendação para publicação.

Nota: Esta obra é fruto de um processo colaborativo, configurando-se como uma coletânea na qual os direitos autorais permanecem resguardados para os respectivos autores. Alguns capítulos podem ter origem em trabalhos anteriormente apresentados em eventos acadêmicos; no entanto, os autores foram orientados a adotar o devido rigor na prevenção do autoplágio. A responsabilidade pelo conteúdo de cada capítulo, assim como pela originalidade e integridade das informações publicadas, é inteiramente dos respectivos autores e autoras. O conteúdo da obra não reflete, necessariamente, a opinião da editora, dos organizadores ou dos membros do conselho editorial.

APRESENTAÇÃO

Esta obra resulta de um esforço colaborativo que reuniu professores, estudantes e pesquisadores, cujo engajamento qualificou as reflexões desenvolvidas neste espaço formativo. Fruto de iniciativas interinstitucionais de incentivo à pesquisa, o livro congrega especialistas de diversas áreas do conhecimento, vinculados a instituições de educação superior públicas e privadas, no Brasil e no exterior.

O objetivo central é fortalecer a integração entre instituições por meio de redes de pesquisa voltadas à formação continuada de profissionais da educação, promovendo a produção e a ampla disseminação do conhecimento.

Agradecemos aos autores pela dedicação e compromisso na construção desta obra, que se propõe a ser um recurso didático-pedagógico relevante para estudantes, docentes de diferentes níveis de ensino e demais interessados na temática.

Luan Tarlau Balieiro
Gislaine Buraki de Andrade
Aline Rodrigues Alves Rocha

SUMÁRIO

Capítulo 01

A EDUCAÇÃO CIDADÃ TRANSVERSAL E INTERDISCIPLINAR: ABORDAGENS DE QUESTÕES DE JUSTIÇA SOCIAL, IGUALDADE DE GÊNERO, DIVERSIDADE CULTURAL E SUSTENTABILIDADE CLIMÁTICA

Kathia Susana Almeida

 10.37885/260321487 9

Capítulo 02

O IMPACTO DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO NO PERFIL DOS ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL NA DISCIPLINA DE LÍNGUA PORTUGUESA

Álvaro Marcello Araújo Galiteri; Claudiane Neri do Nascimento Silva; Marcos Alexandre dos Santos Silva; Maria Lara Ferreira Magalhães; Mateus da Silva Barros; Liliane Djanira Dos Santos

 10.37885/260421747 21

Capítulo 03

EDUCAÇÃO EM REDE - DO POLICIAL PARA A ESCOLA E DA ESCOLA PARA A FAMÍLIA

Ana Carla Nunes do Nascimento Santos

 10.37885/260622073 31

SOBRE OS ORGANIZADORES 43

ÍNDICE REMISSIVO 45

A EDUCAÇÃO CIDADÃ TRANSVERSAL E INTERDISCIPLINAR: ABORDAGENS DE QUESTÕES DE JUSTIÇA SOCIAL, IGUALDADE DE GÊNERO, DIVERSIDADE CULTURAL E SUSTENTABILIDADE CLIMÁTICA

Kathia Susana Almeida

RESUMO

Objetivo: O objetivo geral deste artigo é analisar como o currículo escolar contribui para a formação cidadã dos estudantes. Os objetivos específicos são: (1) identificar as práticas pedagógicas presentes no currículo que fomentam a cidadania; (2) verificar a presença de conteúdos que incentivem o pensamento crítico e a participação social; (3) avaliar a importância da interdisciplinaridade na construção de uma educação cidadã. O problema de pesquisa que norteia este estudo é: De que maneira o currículo escolar contribui para a formação cidadã dos estudantes? **Métodos:** A metodologia utilizada foi bibliográfica, com base em uma revisão de literatura de obras que tratam da relação entre currículo escolar e cidadania. **Resultados:** Os resultados indicam que um currículo que integra princípios democráticos, valores sociais e práticas de respeito mútuo favorece o desenvolvimento de cidadãos críticos e participativos. A discussão reforça a necessidade de uma abordagem interdisciplinar que contemple a diversidade e as múltiplas realidades dos estudantes. **Conclusão:** Infere-se que o currículo escolar deve ser constantemente revisado e adaptado para atender às demandas sociais e formar indivíduos capazes de atuar de forma ética e responsável na sociedade, exercendo plenamente seus direitos e deveres como cidadãos.

Palavras-chave: Currículo Escolar; Formação Cidadã; Educação Democrática.

INTRODUÇÃO

O currículo escolar é uma ferramenta essencial para a construção da cidadania nos estudantes, pois, além de transmitir conhecimentos técnicos e científicos, é responsável por promover valores, atitudes e práticas sociais que possibilitam uma atuação consciente e ativa na sociedade. Nesse sentido, o currículo vai além da simples organização de conteúdos, desempenhando um papel fundamental na formação de cidadãos críticos, reflexivos e participativos. A educação formal, quando bem estruturada, contribui para o desenvolvimento de competências que favorecem a convivência democrática, o respeito às diversidades e a compreensão das responsabilidades individuais e coletivas. A formação cidadã, portanto, envolve não apenas o domínio de teorias e conceitos, mas também a aplicação de tais conhecimentos em contextos práticos, promovendo uma interação ética e solidária entre os indivíduos.

O objetivo geral deste artigo é investigar de que maneira o currículo escolar pode contribuir para a formação cidadã dos estudantes, partindo da premissa de que a educação tem um papel social transformador. A pesquisa propõe-se a identificar as práticas pedagógicas incorporadas no currículo que favorecem a educação para a cidadania, além de verificar a presença de conteúdos que incentivem o pensamento crítico e a participação ativa dos alunos na sociedade. Outro aspecto relevante é avaliar a importância da interdisciplinaridade como estratégia para integrar diferentes áreas do conhecimento na construção de uma educação voltada para a cidadania.

A metodologia adotada foi de caráter bibliográfico, com base em uma revisão da literatura que discute a relação entre currículo escolar e formação cidadã. Foram analisados obras e artigos que tratam das práticas pedagógicas voltadas para o desenvolvimento de uma consciência cidadã, bem como a relevância de um currículo que contemple as demandas sociais contemporâneas.

Os resultados deste estudo indicam que um currículo que integra princípios democráticos, valores éticos e práticas de respeito mútuo é capaz de formar cidadãos mais críticos e participativos, prontos para enfrentar os desafios de uma sociedade plural e em constante transformação. A discussão aponta para a necessidade de uma abordagem interdisciplinar, que permita a integração de

diferentes saberes e realidades, de modo a tornar a educação mais inclusiva e efetiva na promoção da cidadania.

MÉTODOS

Conforme proferem Lakatos e Marconi (2003), a pesquisa explicativa tem por finalidade registrar, analisar e interpretar os fatos, identificando suas causas, de modo a ampliar generalizações, estruturar modelos teóricos e gerar hipóteses a partir de deduções lógicas. Tal abordagem exige maior aprofundamento teórico, síntese e reflexão crítica sobre o objeto de estudo.

Este estudo utiliza como método de abordagem o método dedutivo, partindo-se do princípio de que se todas as premissas são verdadeiras, em consequência a conclusão deve ser verdadeira. Segundo Lakatos e Marconi (2003), toda a informação ou conteúdo fático da conclusão já deve estar, pelo menos implicitamente nas premissas. Os argumentos dedutivos ou estão certos ou errados, ou as premissas sustentam completamente as conclusões ou não a sustentam, se a lógica for inversa.

No que tange aos aspectos metodológicos, o presente artigo utilizou a pesquisa bibliográfica. Dessa forma, ela se caracteriza por ser:

[...] Elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa. Na pesquisa bibliográfica, é importante que o pesquisador verifique a veracidade dos dados obtidos, observando as possíveis incoerências ou contradições que as obras possam apresentar (Prodanov; Freitas, 2013, p. 54).

Gil (2002) salienta que a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Como testificam Lakatos e Marconi (2003), a pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema.

Dessa forma, a presente pesquisa qualifica-se como de natureza qualitativa, teórica e explicativa, fundamentada na análise crítica e na síntese de evidências selecionadas sobre a relação entre currículo escolar e formação cidadã.

RESULTADOS

O currículo e a formação cidadã

O conceito de currículo escolar não é fixo e estático, mas uma construção histórica, teórica e ideológica que reflete as demandas sociais, culturais e políticas de cada época. Segundo Franco *et al.* (2020), o currículo escolar tem sido moldado por diferentes correntes de pensamento ao longo dos anos, desde as concepções mais tradicionais e conservadoras até as abordagens mais críticas e progressistas. A função primordial do currículo vai além da simples transmissão de conhecimentos; ele também é responsável por formar cidadãos conscientes e capazes de atuar criticamente na sociedade. Nesse sentido, o currículo deve ser compreendido como uma ferramenta estratégica, cujas decisões sobre o que ensinar e como ensinar refletem a sociedade que se deseja construir.

Martins e Pasqualini (2020) enfatizam que o currículo escolar também possui dimensões ontológicas, epistemológicas, ético-políticas e pedagógicas. Essas dimensões devem ser consideradas na elaboração de qualquer proposta curricular, uma vez que influenciam diretamente na forma como os conteúdos são apresentados e compreendidos pelos alunos. A dimensão ontológica diz respeito à concepção de ser humano e de sociedade que o currículo propõe; a epistemológica refere-se à escolha dos saberes e formas de conhecimento que serão ensinados; a dimensão ético-política lida com os valores e princípios que norteiam as práticas educativas; e, finalmente, a pedagógica, que se relaciona aos métodos e abordagens de ensino. Ao adotar uma abordagem histórico-crítica, essas dimensões são entrelaçadas com o objetivo de construir uma educação mais justa e democrática.

Ao longo das décadas, o currículo escolar tem sido objeto de diversas reformulações, e sua construção reflete as disputas ideológicas presentes em cada contexto histórico. Por meio dele, perpetuam-se ou rompem-se paradigmas, promovendo-se ora a manutenção da ordem vigente, ora a transformação

social. Portanto, entender o conceito de currículo escolar implica reconhecer seu caráter dinâmico e multifacetado, capaz de influenciar diretamente a formação dos sujeitos e, consequentemente, o futuro da sociedade (Franco *et al.*, 2020; Malanchen, 2021; Martins, Pasqualini, 2020; Dourado, Santos, 2023).

Além disso, Martins e Pasqualini (2020) ressaltam que a importância do currículo na educação também reside em suas diversas dimensões: ontológica, epistemológica, ético-política e pedagógica. Cada uma dessas dimensões exerce um papel fundamental no desenvolvimento de uma proposta curricular coerente e eficaz. A dimensão ontológica trata da visão de ser humano e de sociedade que o currículo propõe, determinando o tipo de formação que os estudantes receberão. A dimensão epistemológica refere-se à seleção dos conhecimentos que serão transmitidos, e a maneira como esses conhecimentos serão organizados e articulados entre si é fundamental para garantir uma educação de qualidade. A dimensão ético-política lida com os valores que orientam as práticas pedagógicas, enquanto a dimensão pedagógica se refere diretamente aos métodos e estratégias de ensino. Quando essas dimensões são articuladas de forma integrada, o currículo torna-se um poderoso instrumento para promover a transformação social.

A importância do currículo na educação, portanto, está intrinsecamente ligada à sua capacidade de moldar cidadãos críticos, conscientes e capazes de interagir de maneira ativa e transformadora em seu meio. Através de um currículo bem estruturado, a educação pode não apenas reproduzir o conhecimento, mas também transformá-lo, de modo a preparar os estudantes para os desafios contemporâneos e futuros. O currículo é, assim, uma ferramenta estratégica para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva (Franco *et al.*, 2020; Malanchen, 2021; Martins, Pasqualini, 2020; Dourado, Santos, 2023).

Práticas pedagógicas e cidadania

A pedagogia voltada para a cidadania é uma abordagem educacional que busca formar indivíduos conscientes de seus direitos e deveres, capazes de atuar criticamente na sociedade. Essa pedagogia vai além da simples transmissão de conteúdos e envolve o desenvolvimento de valores como justiça, solidariedade,

igualdade e respeito às diferenças. Bittar (2021) expressa que uma pedagogia cidadã, inspirada em Paulo Freire, é essencial para promover a emancipação e a conscientização dos sujeitos, proporcionando-lhes as ferramentas necessárias para que possam questionar as estruturas sociais e lutar por transformações. Nesse sentido, a pedagogia decolonial e os direitos humanos são temas centrais para a construção de uma educação que não apenas transmite conhecimento, mas também prepara os estudantes para o exercício pleno de sua cidadania.

Os conteúdos críticos e participativos no currículo desempenham um papel central na formação de cidadãos ativos e conscientes. Ao contrário de uma abordagem tradicional que prioriza a memorização de informações e o cumprimento de diretrizes rígidas, os conteúdos críticos incentivam a reflexão, a análise e a problematização da realidade. Isso é essencial para a construção de uma sociedade mais democrática, pois, como Bittar (2021) realça, uma pedagogia voltada para a cidadania deve estar fundamentada em práticas que rompam com as estruturas coloniais e de opressão. Para isso, os conteúdos críticos possibilitam que os estudantes questionem o status quo, compreendam as múltiplas camadas de poder e exploração e se posicionem como sujeitos transformadores de suas próprias realidades.

A implementação de conteúdos críticos no currículo, segundo Sabbi (2020), também está diretamente ligada à ideia de inclusão. A inclusão não pode ser entendida apenas como um processo físico de integração de diferentes alunos no ambiente escolar, mas deve envolver a inclusão de suas realidades, perspectivas e experiências no conteúdo ensinado. Os conteúdos críticos criam espaço para que diferentes vozes e experiências sejam valorizadas, rompendo com o currículo homogêneo e tradicional que muitas vezes ignora as necessidades e realidades de grupos historicamente marginalizados. Nesse sentido, um currículo participativo abre caminho para uma educação mais inclusiva, onde as diferenças culturais, sociais e econômicas são respeitadas e incorporadas como parte essencial do processo de ensino-aprendizagem.

Finalmente, um currículo baseado em conteúdos críticos e participativos prepara os estudantes para a vida além da escola. Vedana (2021) ilustra que a formação escolar não pode ser dissociada da vida prática e das demandas sociais contemporâneas. Ao estimular a reflexão crítica e a participação ativa,

o currículo capacita os alunos a se tornarem cidadãos plenos, capazes de lidar com os desafios e complexidades da sociedade globalizada. Eles se tornam aptos a intervir em questões como desigualdade social, injustiça ambiental, exclusão digital, entre outras problemáticas que afetam o cotidiano das sociedades modernas. Esse tipo de formação, portanto, vai além da preparação para o mercado de trabalho, promovendo uma educação que valoriza o desenvolvimento integral do ser humano e sua capacidade de transformação social.

DISCUSSÃO

Assim, a incorporação de conteúdos críticos e participativos no currículo não é apenas uma escolha pedagógica, mas uma ação que visa transformar a educação em um espaço de libertação e engajamento. Esses conteúdos possibilitam que os estudantes desenvolvam uma compreensão profunda de suas realidades e atuem como agentes de mudança, preparados para enfrentar os desafios contemporâneos de forma consciente e proativa (Bittar, 2021; Sabbi, 2020; Vedana, 2021; Santos, Pinto Junior, 2023).

O professor exerce um papel central na construção de um ambiente escolar que valorize o respeito às diferenças e a diversidade. Galvão e Casimiro (2023) manifestam que a escola é um espaço privilegiado para a convivência democrática, e o professor tem a responsabilidade de promover uma cultura de respeito e empatia entre os alunos. Para isso, é necessário que o educador desenvolva estratégias pedagógicas que favoreçam o diálogo e o trabalho coletivo, ao mesmo tempo em que estimule a capacidade dos alunos de se colocarem no lugar do outro e de respeitarem diferentes pontos de vista. Essa postura pedagógica é fundamental para a formação cidadã, pois prepara os alunos para lidarem com as diversidades que encontrarão fora da escola, promovendo o desenvolvimento de valores como a tolerância, a solidariedade e a justiça social.

No contexto da formação cidadã, o professor também deve ser um exemplo para os alunos, não apenas em termos de conhecimento técnico, mas principalmente em sua postura ética e cidadã. Galvão e Casimiro (2023) afirmam que o professor deve ser coerente em suas ações, demonstrando, por meio de sua prática cotidiana, os valores que deseja transmitir aos alunos. Ao agir com responsabilidade, respeito e justiça, o professor inspira os alunos a adotarem

atitudes semelhantes, promovendo, assim, uma educação cidadã que vai além dos livros e das aulas, alcançando a vida em sociedade. Portanto, o papel do professor na formação cidadã é inseparável de sua conduta ética e de sua capacidade de demonstrar, na prática, os princípios que defende em sala de aula.

Interdisciplinaridade e a educação para a cidadania

A interdisciplinaridade é um elemento central na promoção de uma educação voltada para a formação cidadã. Ela vai além da mera integração de conteúdos de diferentes disciplinas, promovendo uma abordagem que valoriza a construção de conhecimento a partir da interconexão entre áreas do saber e suas respectivas práticas sociais. De acordo com Sousa e Santos (2020), a interdisciplinaridade oferece um caminho viável para enfrentar os desafios da formação cidadã em escolas públicas, uma vez que permite que os alunos compreendam a complexidade dos problemas sociais e como eles afetam diferentes aspectos de suas vidas. Essa abordagem promove uma visão holística da realidade, essencial para formar cidadãos críticos e conscientes, capazes de entender que os problemas da sociedade não podem ser resolvidos de forma isolada, mas exigem uma compreensão integrada e multidimensional.

O conceito de interdisciplinaridade, conforme estabelecido por Zinder-ski e Silva (2021), é crucial para a emancipação nos processos de formação de professores. Quando os professores são formados com uma mentalidade interdisciplinar, eles são capazes de transpor essa prática para a sala de aula, facilitando uma educação que vai além das fronteiras rígidas entre disciplinas. Isso possibilita uma visão mais crítica e profunda da realidade, que é transmitida para os estudantes, estimulando neles a capacidade de questionar, refletir e agir sobre os problemas que observam em seu contexto social. A emancipação, nesse sentido, está relacionada à capacidade de os alunos desenvolverem uma consciência crítica sobre o mundo ao seu redor, compreendendo como diferentes áreas do conhecimento podem contribuir para a resolução de problemas complexos e globais, como as questões ambientais, políticas e econômicas.

Camas, Lambach e Souza (2021) reforçam que a interdisciplinaridade é também uma estratégia para combater a fragmentação do conhecimento, que muitas vezes resulta em uma compreensão superficial dos problemas complexos

enfrentados pela sociedade. Ao integrar diferentes áreas do saber, a educação interdisciplinar permite que os estudantes desenvolvam uma visão mais completa e profunda da realidade, favorecendo a construção de soluções mais eficazes e inovadoras para os problemas sociais. A fragmentação do conhecimento, característica de uma abordagem disciplinar rígida, pode limitar a capacidade dos alunos de compreender a totalidade dos desafios que enfrentam, restringindo suas possibilidades de ação e transformação. A interdisciplinaridade, por outro lado, amplia os horizontes e as possibilidades de intervenção social, promovendo uma educação que é ao mesmo tempo crítica, criativa e transformadora.

CONCLUSÃO

As discussões de um artigo sobre o papel do currículo escolar e da pedagogia na formação cidadã evidenciam a necessidade de uma abordagem educacional que vá além da simples transmissão de conhecimento técnico. A educação, nesse sentido, deve ser entendida como um processo profundamente vinculado à formação de sujeitos críticos, autônomos e participativos, capazes de atuar de maneira ativa e consciente na sociedade. Ao longo deste artigo, foi discutido como o currículo escolar, os conteúdos críticos e participativos, a interdisciplinaridade e o papel do professor se entrelaçam na construção de uma educação que promova a cidadania plena.

O currículo escolar, conforme apontado por diversos autores, é uma ferramenta poderosa para a formação cidadã, desde que estruturado de maneira a promover o desenvolvimento de competências críticas. A simples transmissão de conteúdos, desprovida de contexto social e político, limita a capacidade dos estudantes de se engajarem de forma significativa nas questões que afetam suas vidas e suas comunidades. Ao integrar conteúdos críticos e participativos, o currículo possibilita que os alunos se apropriem do conhecimento de maneira ativa, compreendendo as conexões entre os saberes e suas realidades, e desenvolvendo a capacidade de reflexão e ação sobre o mundo ao seu redor.

Além disso, a interdisciplinaridade emerge como um dos pilares essenciais para uma educação voltada à cidadania. Ao romper com as fronteiras entre as disciplinas, a interdisciplinaridade permite uma compreensão mais ampla e profunda dos problemas sociais, promovendo uma visão integrada da realidade.

Essa abordagem é fundamental para a formação de cidadãos capazes de lidar com a complexidade dos desafios contemporâneos, como a desigualdade social, a crise ambiental e as transformações tecnológicas. A capacidade de conectar diferentes áreas do saber, como defendido por autores como Sousa e Santos (2020), Presotto e Dalla Costa (2023), e Camas, Lambach e Souza (2021), é essencial para que os estudantes desenvolvam uma visão crítica e global, fundamental para a construção de soluções inovadoras e eficazes para os problemas da sociedade.

Portanto, o papel do currículo, da interdisciplinaridade, dos conteúdos críticos e do professor na formação cidadã é fundamental para a construção de uma educação que vá além dos conteúdos técnicos, promovendo a transformação social e o desenvolvimento de cidadãos conscientes, críticos e participativos. Isso demanda um esforço coletivo e contínuo para garantir que as práticas educacionais estejam alinhadas com os princípios de justiça social, equidade e participação democrática.

REFERÊNCIAS

- BITTAR, E.C.B. Educação, Pedagogia Decolonial e Direitos Humanos: reflexões sobre utopia e emancipação em Paulo Freire. **Olhares: Revista do Departamento de Educação da Unifesp**, v. 9, n. 3, p. 26-50, 2021. .
- CAMAS, N.P.V.; LAMBACH, M.; SOUZA, F.R.A. Interdisciplinaridade e Alfabetização Científica: um ensaio sobre os dois lados da mesma moeda. **Ensino em Re-Vista**, v. 28, p. 1-23, e017, 2021.
- DOURADO, D.L.; SANTOS, M.J.A. Currículo e Currículo Integrado: teorias e concepções. **Revista Inter. Educa**, v. 5, n. 1, p. 1-20, 2023.
- FRANCO, S.A.P.; ROCATELI, A.; SANTOS, P.C.G.R.; FERREIRA, D.C.R.R.; SANTOS, A.R.J. Currículo Escolar: uma construção histórica, teórica e ideológica. **Argumentos Pró-Educação**, v. 5, p. 1-17, 2020.
- GALVÃO, M.R.; CASIMIRO, S.A.A. O Papel do Professor na Escola: educação e transformação. **Revista OWL (OWL Journal) - Revista Interdisciplinar de Ensino e Educação**, v. 1, n. 2, p. 134-148, 2023.
- GIL, A.C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MALANCHEN, J. Currículo Escolar e Pedagogia Histórico-Crítica: formação emancipadora e resistência ao capital. //: **Colloquium Humanarum**. Londrina: Colloquium Humanarum, v. 18, n. 1, p. 123-132, set. 2021.

MARTINS, L.M.; PASQUALINI, J.C. O Currículo Escolar sob Enfoque Histórico-Crítico: aspectos ontológico, epistemológico, ético-político e pedagógico. **Nuances: Estudos sobre Educação**, p. 23-37, 2020.

PRESOTTO, K.S.; DALLA COSTA, S.F. A Interdisciplinaridade na Formação de Professores de Matemática do Ensino Médio sob a Luz da BNCC. **Contraponto: Discussões Científicas e Pedagógicas em Ciências, Matemática e Educação**, v. 4, n. 6, p. 44-65, 2023.

PRODANOV, C.C.; FREITAS, E.C. **Metodologia do Trabalho Científico**. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SABBI, C.R. **Pedagogia Radical e Inclusiva: nas Trilhas de Elementos Educativos para uma Cidadania mais Consciente**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa na Área do Conhecimento das Humanidades, Universidade de Caxias do Sul (Caxias do Sul) em *cotutela* com Departamento de Pedagogia, Facultad de Formación de Profesorado y Educación, Universidad Autónoma de Madrid (Madrid), p. 512, 2020.

SANTOS, R.M.; PINTO JUNIOR, L.M.B. Cidadania, Participação e Direitos Humanos: fundamentos teóricos, normativos e metodológicos de um projeto transversal com vistas à educação de qualidade. **Direito Público**, v. 20, n. 105, p. 176-204, 2023.

SOUSA, F.G.A.; SANTOS, J.M.C.T. A Interdisciplinaridade e a Formação Cidadã em uma Escola Pública de Fortaleza-CE. **Ensino em Perspectivas**, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2020.

VEDANA, G. **Contribuições da Pedagogia da Libertação para as Práticas em Educação Alimentar e Nutricional (EAN) na Promoção da Autonomia e Cidadania**. Monografia (Graduação em Nutrição), Florianópolis, p. 67, 2021.

ZINDERSKI, V.G.; SILVA, F.S. Educação Interdisciplinar: algumas reflexões sobre emancipação nos processos de formação de professores. **Da Investigação às Práticas**, v. 11, n. 1, p. 59-79, 2021.

O IMPACTO DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO NO PERFIL DOS ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL NA DISCIPLINA DE LÍNGUA PORTUGUESA

Álvaro Marcello Araújo Galiteri

Claudiane Neri do Nascimento Silva

Marcos Alexandre dos Santos Silva

Maria Lara Ferreira Magalhães

Mateus da Silva Barros

Liliane Djanira Dos Santos

RESUMO

Esse artigo tem por objetivo analisar o impacto do contexto socioeconômico no desempenho de estudantes da educação básica na área de língua portuguesa, destacando a importância e sua participação com a família e o papel social da escola. O estudo aborda como a desigualdade social afeta de forma direta o processo de ensino e de aprendizagem, especialmente entre alunos que se encontram em situação de vulnerabilidade, que enfrentam dificuldades como baixo nível de incentivo à leitura, falta de acesso aos recursos tecnológicos e preconceito linguístico. Além disso, discute-se com destaque a inteligência artificial e a inteligência natural, levando a pensar os desafios e as oportunidades gerados pela tecnologia no ambiente de escola. Por meio de uma visão crítica, baseada em autores como Bagno e Feenberg, o trabalho propõe uma educação mais inclusiva e equitativa, que valorize as diferenças entre as realidades linguísticas e culturais dos estudantes, e que aproveite a tecnologia como uma ferramenta pedagógica sem apagar as limitações socioeconômicas presentes.

Palavras-chave: Desigualdade Social; Ensino-Aprendizagem; Língua Portuguesa; Inteligência Natural.

INTRODUÇÃO

O presente artigo visa discutir o impacto socioeconômico no desempenho de estudantes da Educação Básica na área de Língua Portuguesa. Logo, compreende-se que é de fundamental relevância o apoio e acompanhamento da família (responsável legal) na implementação de hábitos congruentes ao ensino, principalmente, quando se diz respeito ao campo linguístico, visto que este é o principal componente que acarreta todos os outros.

Além do mais, ainda se encontra muitos estudantes com dificuldades básicas, como por exemplo: leitura não fluente, analfabetismo, assinatura incorreta do próprio nome, interpretação desproporcional, entre tantos outros que serão discutidos proximamente. Adiante, é de suma importância enfatizar que a família é a primeira instituição social na qual todo ser humano tem contato. Todavia, muitos desafios ainda estão presentes nos distintos contextos sociais, principalmente devido ao avanço das tecnologias e a desigualdade social.

Contudo, o corpus deste trabalho irá discutir uma visão amplamente social partindo de um pressuposto também econômico, fazendo um entrelace entre a estrutura educacional antiga para a atual. Nisso, buscamos, também, averiguar como a desigualdade social compromete a aprendizagem, ou melhor, o processo de ensino-aprendizagem de estudantes do Ensino Fundamental da contemporaneidade.

Portanto, o avanço das tecnologias será supracitado periodicamente a fim de dar nitidez a como tal feito tem contribuído (ou não) para o desenvolvimento dos estudantes, uma vez que sua utilização ainda gera uma problemática no quesito aprender devido à Inteligência Artificial, por exemplo. Em partida, discutiremos também o papel da escola enquanto formadora social.

CONCEITUAÇÃO DE SOCIOECONÔMICO

No cenário da diversidade socioeconômica dentro da sala de aula influencia no ensino-aprendizagem! Isso não só engloba o fator renda, implica também na questão da cultura, saúde e da própria educação.

Se comparamos alunos de classe média, temos a percepção que ele dispõe de mais recursos (aparelhos de última geração, acesso a curso particulares),

diferentemente de um aluno de baixa renda que na maioria das vezes não se tem à alimentação necessária e a que se tem foi na própria instituição de ensino.

"A conceituação socioeconômica envolve a compreensão integrada das condições sociais e econômicas dos indivíduos ou grupos, refletindo suas oportunidades, limitações e papéis na estrutura da sociedade." — Adaptado de Silva, J. P. (2012). *Desigualdades Sociais e Estrutura Econômica*.

As oportunidades para os alunos com vulnerabilidade social são mais difíceis. Pois, se comparados com os de classe média, eles detêm contado direto com o meio influente da sociedade (como também fazer parte dela) e possuem recursos financeiros para custear cursos, intercâmbios e especializações.

Diante desses aspectos deve-se criar um ambiente de ensino-aprendizagem que promova à equidade para que esses alunos de baixa renda tenham inclusão maior na educação e desse modo, possam ser mais inseridos no âmbito educacional e social.

O PAPEL DA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO DE VALORES

A participação da família na escola é fundamental para o desenvolvimento integral dos alunos, melhorando o desempenho acadêmico, o comportamento e a motivação, além de fortalecer a autoestima e o senso de comunidade. A parceria entre família e escola cria um ambiente mais saudável e produtivo, onde os estudantes se sentem mais engajados e apoiados em seu processo de aprendizagem. A família pode auxiliar no estudo, incentivando a leitura, a pesquisa e a realização de tarefas, além de acompanhar o progresso do aluno e identificar eventuais dificuldades. Ao se sentirem valorizados e apoiados pela família e pela escola, os alunos desenvolvem maior confiança em si mesmos e no seu potencial, além de se sentirem mais conectados com o ambiente escolar.

Acompanhamento escolar. A família tem o dever de acompanhar nas tarefas, trabalhos, atividades desenvolvidas dentro e fora da escola para maior e melhor desempenho do aluno, estabelecendo regras e rotinas fundamentais para um bom desenvolvimento, tais como, hora de brincar, estudar e descansar, pra ter um bom desenvolvimento, ter um bom diálogo pais alunos e professores sobre

as dificuldades encontradas, e buscar melhores formas de resolver, sempre incentivando o aluno a buscar mais conhecimentos, ler, escrever, pesquisar etc.

A participação das famílias na escola é um papel muito importante, está presente em reuniões, eventos com pais professores, e coordenadores, sempre tirando dúvidas, para melhorar convivência na escola. Os filhos aprendem pelo exemplo dos pais, a primeira educação vem dos pais, respeito com tudo e todos da educação.

A DESIGUALDADE SOCIAL E O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DA LÍNGUA PORTUGUESA

É inegável que um dos principais fatores pelo impacto negativo no processo de ensino aprendizagem da língua portuguesa é a desigualdade social. Os alunos trazem consigo uma bagagem de distintos contextos socioeconômicos, portanto cada um tem uma maneira diferente de se portar e se comunicar no meio social que são reflexos das práticas sociais e comunicativas as quais são partes do seu cotidiano no ambiente familiar. Alunos provenientes de famílias de classe média ou alta têm mais acesso à diversos materiais didáticos, a prática da leitura é incentivada pela própria família, portanto, sua linguagem é mais próxima da norma-padrão. Em contrapartida, o estudante de baixa renda faz o uso de uma linguagem mais «informal», do falar popular, que, muitas vezes, é visto com maus olhos no ambiente escolar.

Esta realidade favorece a continuidade das desigualdades e do preconceito linguístico, já que as escolas, ao invés de reconhecer a diversidade da língua e as diferenças de cada aluno, opta por apagar e deslegitimar suas identidades com a justificativa de “respeito” à norma-culta. O preconceito linguístico, assim como afirmava Bagno (1999), é a forma mais perversa de preconceito, pois atinge diretamente o indivíduo na sua maior essência, sua identidade cultural e linguística. Muitas crianças e adolescentes não demonstram interesse pelos conteúdos passados em sala de aula justamente por não trazerem recursos que conversem com a sua realidade e seus interesses; é o que acontece com alunos nascidos e criados em comunidades indígenas e quilombolas ou em áreas periféricas, os mesmos, constantemente, tem suas culturas e linguajar apagados ou marginalizadas pelo currículo escolar por relacionarem a algo

“feio” ou “pobre”, levando os próprios estudantes e a sociedade a acreditarem que falam “errado” por isso são considerados como menos inteligentes e incapazes, já que a norma-padrão também está associada a escolaridade e poder socioeconômico.

Tal desvalorização para com a linguagem e a regionalidade dos alunos pode levá-los a adquirirem inseguranças na produção de textos e nas atividades escolares, e quando até mesmo o professor corrige o aluno de forma a constranger a criança, isso fará com que esta se feche e se sinta cada vez mais envergonhada apenas por ser quem é e por falar da forma que foi ensinada no meio de onde veio, causando uma baixa autoestima linguística no estudante. Sem esse reconhecimento da diversidade da língua, a escola se distancia da sua função social e contribui para a exclusão desse estudante.

Veja, a ideia a ser passada não é a de que as escolas devem abdicar-se do ensino da norma culta, ela é e sempre será importante em determinados contextos. O problema vem quando é ensinado que tal linguagem é a única maneira correta de se falar e escrever, ignorando completamente a autenticidade das variedades linguísticas. Como é destacado por Bagno (1999), o ensino da norma-culta é indispensável e legítimo, mas é essencial que seja feito com consciência crítica, sem promover a mudança forçada da linguagem dos alunos pela linguagem da elite. Seguindo este pensamento, a escola pode se tornar um espaço mais inclusivo que respeita a diversidade linguística e contribui para a superação das desigualdades sociais.

APROXIMAÇÃO DO ENSINO AO ALUNO

A aula de Língua Portuguesa tem um papel fundamental no processo de ensino e aprendizagem, sendo importante para que os recursos pedagógicos que são utilizados aproximem o conteúdo da escola com a realidade vivida pelos alunos. A utilização de ferramentas diferentes e/ou fora do comum, como textos multimodais, atividades lúdicas, recursos audiovisuais e, principalmente, tecnologias digitais, ajuda na construção do conhecimento de maneira mais interativa, ligada e significativa, estimulando o desenvolvimento das competências linguísticas.

Entretanto, é importante lembrar que o acesso a esses recursos não ocorre de forma justa e de boa qualidade entre todos os estudantes, sobretudo quando consideramos as diferenças socioeconômicas no país. Muitos alunos de classes menos favorecidas não têm acesso adequado aos materiais didáticos, bibliotecas, internet de qualidade ou dispositivos tecnológicos que poderiam favorecer fortemente a aprendizagem e ampliar as margens de estudo fora do ambiente escolar.

Neste contexto, a presença crescente da tecnologia e, mais atual, da inteligência artificial no ambiente educacional nasce como uma enorme vantagem de suporte pedagógico, oferecendo diversas formas alternativas de aprendizado, como aulas online, plataformas educativas e assistentes virtuais capazes de ajudar na explicação de dúvidas surgidas. Contudo, o uso desses recursos também está ligado às condições socioeconômicas das famílias, o que aponta ainda mais as desigualdades na educação.

Assim, será discutido como a inteligência artificial vem sendo utilizada no contexto educacional, seus benefícios e potência para os estudantes em situação de vulnerabilidade e desafios dados pela falta de acesso a equipamentos e infraestrutura adequada, bem como a importância da inteligência natural, ou seja, o esforço e a dedicação pessoal, na quebra desses obstáculos.

A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL EM CONTRAPARTIDA À INTELIGÊNCIA NATURAL

A inteligência artificial vem crescendo significativamente nos últimos anos, sendo abordada de várias formas, como para auxiliar em diversas situações, por exemplo nas classes menos favorecidas, podem proporcionar para o aluno mais recursos, aulas online, plataformas de ensino, assistência para o caso de alguma dificuldade em uma matéria específica.

Entretanto, para esse aluno que não desfruta de tantos recursos torna-se difícil o acesso, por não ter equipamentos de qualidade, uma má conexão com a internet, falta de orientação adequada ou pelo fato da família não poder financeiramente custear uma boa qualidade de celular, computador, tablet entre outros equipamentos que podem o ajudar. Pondo isso em jogo, essas barreiras

para o aluno, entra a inteligência natural, que por sua parte advém do esforço do próprio aluno, para que ele consiga superar seus obstáculos. Vindo de uma boa formação desde o berço o aluno tem a possibilidade de manter-se focado nos estudos, sendo estimulado as ter ideias e ações que vão o proporcionar mais eficácia nas questões devidas, assim não necessitando por muito de uma inteligência artificial.

Para discutir os impactos da difusão do acesso às plataformas de modelos de linguagem na educação, este estudo aponta para questões metodológicas e substantivas em torno da Inteligência Artificial (IA) generativa para o campo de humanidades digitais, que tem preocupado educadores, principalmente do Ensino Superior, em situações como plágio, desenvolvimento crítico e criatividade na textualidade contemporânea. Assim, o estudo tem como objetivo refletir, com base na Teoria Crítica da Tecnologia de Andrew Feenberg, como a IA pode ser potencializada frente ao embaraço aversivo comum ao que exige mudanças. Metodologicamente, a pesquisa é de natureza qualitativa, exploratória e o estudo apropriase de uma pesquisa bibliográfica, cujas contribuições inerentes à concepção de IA têm base nas produções de Kaufman e Santaella, que servem como premissa para relacionar as problematizações da IA com a Teoria Crítica da Tecnologia de Feenberg.

Dados apontam para duas vertentes: a primeira que situa a IA generativa como evento a ser inibido das instituições de ensino, devido à falta de regulamentações éticas, e outra que orienta potencializar o uso desses produtos com finalidade crítica, na perspectiva de inteligência aumentada. Em suma, o estudo aponta que a IA do tipo generativa é um campo que carece de regulamentações, mas que pode ser conduzida de maneira coletiva, principalmente dentro das Instituições de Ensino Superior, que têm o potencial de discutir essas questões de maneira crítica e com possibilidade de efeito de ação social, a considerar a tecnologia um estilo de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo atual mostrou que o avanço social e econômico tem um efeito forte no tipo e no nível dos alunos do Ensino Fundamental na matéria de Língua Portuguesa. A revisão apontou que a diferença social, mostrada em divergências

no acesso aos recursos educacionais, culturais e tecnológicos, afeta diretamente o processo ensino-aprendizagem, aumentando barreiras para alunos em situação de vulnerabilidade.

Foi possível notar que a família na escola é um elemento chave para formar hábitos de estudo, incentivar a leitura e aumentar a autoestima dos estudantes. A ajuda familiar ajuda a diminuir efeitos ruins da desigualdade e a criar um lugar bom para o desenvolvimento completo do aluno.

Além disso, o artigo mostrou a importância de ver e valorizar a variedade da língua nas diferentes situações socioculturais dos alunos, lutando contra o julgamento da língua que ainda está nas práticas da escola. Ensinar a norma culta tem que ser feito junto com o respeito às variações da língua, ajudando na inclusão e na valorização das identidades culturais dos estudantes.

No cenário atual, a tecnologia e, especialmente, a inteligência artificial aparecem como ferramentas boas para ajudar no ensino, dando novas formas de aprender e aumentando o acesso ao saber. Porém, as dificuldades de infraestrutura e o acesso desigual a esses recursos digitais reforçam a necessidade de políticas educacionais que promovam a equidade digital.

Por fim, mostra-se que o trabalho e a dedicação pessoal — a inteligência natural — são muito importantes para que os estudantes passem pelos problemas trazidos pelas desigualdades socioeconômicas. Assim, uma educação mais inclusiva, crítica e justa, que junte família, escola tecnologia e valorização das diferenças é muito importante para o crescimento completo dos alunos e para fazer uma sociedade mais justa.

REFERÊNCIAS

ANDRIOLI, Mary Grace; BRAGGION, Rodrigo César; CARDOSO, Fábio Santos; CHAVES, Paloma Epprecht e Machado de Campos; PEREIRA, Natália da Silva. O uso da inteligência artificial na educação e seus benefícios: uma revisão exploratória e bibliográfica. **Revista Ciência em Evidência**, v. 4, n. FC, p. e023002, 2023.

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. 49. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

GARCÍA PACHECO, Marco Antonio; CRESPO ASQUI, Jeferson Dario. Inteligência artificial na educação: rumo a uma aprendizagem inclusiva. **Revista Iberoamericana de Investigación en Educación**, n. 9, 2025.

KAUFMAN, James C.; BEGHETTO, Ronald A. Beyond big and little: The four C model of creativity. **Review of General Psychology**, Washington, v. 13, n. 1, p. 1-12, 2009.

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. 8. ed. Campinas: Papirus, 2012.

LOIOLA, Alba; SANTOS SACHETE, Andreia; SALCEDO GOMES, Raquel; GRANDI, Roges Horacio. IA generativa em competências discursivas na educação básica. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 18, n. 1, p. e6680122, 2024.

MAGNAGO, Walaci; AZEVEDO, Josiane de Freitas; LIMA, Regina Célia Monteiro; ROSSIM, Emely Cominotti; MONTE, Treicy Lorena dos Santos Silva; GOMES, Genilda Santana. Educação 5.0: a revolução da aprendizagem com inteligência artificial. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, v. 8, n. 18, p. e082052, 2025.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. 6. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MORAN, José Manuel. **A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá**. 3. ed. Campinas: Papirus, 2007.

POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. 3. ed. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

REGIS, André Souza; BRITO, Michelle de; SILVA, Suely Gomes da. Contribuição da inteligência artificial para a educação: potencialidades, desafios e perspectivas. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 11, n. 1, p. 2681-2699, 2025.

SANTAELLA, Lucia. **Navegar no ciberespaço: o perfil do leitor imersivo**. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2004.

SILVA, J. P. **Desigualdades sociais e estrutura econômica**. 2012.

SOUZA, Talita de Paula Cypriano de; ANUNCIAÇÃO, Osias de Barros; PECHT, Suzy Fernanda; KAGI, Karin Rumiko. Por que e como estudar IA na educação. **Revista InovaEduc**, n. 7, 2020.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

EDUCAÇÃO EM REDE - DO POLICIAL PARA A ESCOLA E DA ESCOLA PARA A FAMÍLIA

Ana Carla Nunes do Nascimento Santos

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sertão
Pernambucano

RESUMO

Este artigo analisa a ressignificação da função policial no ambiente escolar, objetivando compreender como a abordagem pedagógica do “policial educador” promove a segurança no trânsito. A metodologia adotada é de natureza qualitativa, utilizando pesquisa bibliográfica e análise documental. O estudo baseia-se em autores como Ribeiro e Oliveira (2016) e na experiência prática do PM Wilis Nascimento na EREM Aureliano (2026). Os resultados indicam que a integração entre segurança e educação humaniza o agente e engaja estudantes como multiplicadores de condutas seguras. Conclui-se que essa estratégia é vital para a cidadania, recomendando-se estudos longitudinais futuros para mensurar impactos a longo prazo em diversos contextos.

Palavras-chave: Policial Educador; Segurança no Trânsito; Educação: Família.

INTRODUÇÃO

Vivemos em uma sociedade onde a mobilidade urbana é cada vez mais complexa, exigindo mudanças comportamentais urgentes. Sob essa perspectiva, a segurança no trânsito é um desafio coletivo que exige o engajamento de toda a sociedade, especialmente no que diz respeito à formação de condutores mais conscientes. Quando o ambiente escolar se torna um espaço de diálogo sobre o comportamento no trânsito, a educação deixa de ser apenas um exercício acadêmico e passa a ser uma estratégia vital de proteção à vida. Esse processo de conscientização ganha força total quando instituições de ensino abrem suas portas para especialistas que trazem a vivência prática das ruas para dentro da sala de aula.

Segundo o PM Wilis Nascimento, em sua palestra na Escola de Referência em Ensino Médio (EREM) Aureliano, localizada no município de Carnaubeira da Penha - PE, realizada em maio de 2026, a campanha Maio Amarelo transcende a sala de aula ao promover o valor da preservação da vida. Ao enfatizar que o ambiente escolar atua como um polo multiplicador, o palestrante destacou que a educação é a ferramenta essencial para levar a consciência sobre segurança no trânsito para além dos muros da instituição, afirmando que “o cuidado com a vida no trânsito não é apenas uma regra de conduta, é um ato de amor que começa na escola e se estende para toda a família” (Nascimento, 2026).

Nesse cenário, ao promover a educação para o trânsito, a instituição não apenas instrui, mas vivencia comportamentos seguros, compreendendo que o aluno, em sua fase de desenvolvimento, espelha as atitudes dos adultos de referência, transformando a prática pedagógica em um exercício contínuo de cidadania.

A relevância deste estudo justifica-se pela necessidade de compreender como a educação no trânsito, quando integrada ao ambiente escolar, deixa de ser uma instrução teórica para se transformar em um pilar da cidadania. Teoricamente, o trabalho contribui ao analisar a escola como um polo multiplicador de valores sociais; na prática, oferece uma reflexão sobre a eficácia da articulação entre o trabalho policial e o cotidiano acadêmico, criando uma rede de proteção que sensibiliza os alunos sobre a gravidade das imprudências e os capacita como agentes de transformação em seus núcleos familiares.

Diante desse contexto, este artigo tem como objetivo analisar o impacto da educação no trânsito no ambiente escolar, tomando como referência a perspectiva do PM Wilis Nascimento sobre o papel da escola como polo multiplicador de valores. Busca-se analisar como a conscientização sobre a segurança no trânsito, ao ser trabalhada como uma extensão do cuidado com a vida, transcende o espaço acadêmico e se consolida como uma ferramenta essencial de transformação social, capaz de integrar a escola, a família e a comunidade em uma rede compartilhada de prevenção e responsabilidade

METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, buscando compreender a resignificação da função policial no ambiente escolar e sua contribuição para a educação no trânsito. Para alcançar os objetivos propostos, o trabalho estruturou-se em dois eixos complementares:

Pesquisa Bibliográfica: Realizou-se um levantamento em bases de dados acadêmicas, utilizando fontes como artigos científicos, teses e documentos oficiais. O referencial teórico foi construído a partir de autores que discutem a resignificação da função policial e a escola como polo multiplicador de saberes, destacando-se as contribuições de Ribeiro e Oliveira (2016), que abordam a figura do “policial educador”; Moraes (2020) e Romero (2026), que analisam a transição do modelo repressivo para o preventivo; além de Freitas e Forster (2016), que fundamentam a prática educativa na perspectiva freireana.

Análise Documental: O estudo também se debruçou sobre documentos institucionais e registros de ações práticas, como as intervenções realizadas pelo PM Wilis Nascimento na EREM Aureliano (2026). Essa análise permitiu confrontar as diretrizes teóricas com a realidade empírica, observando como a articulação entre o saber técnico policial e o cotidiano acadêmico cria uma rede de proteção e cidadania.

REFERENCIAL TEÓRICO

A escola contemporânea transcende a função de mera transmissora de conteúdos técnicos, consolidando-se como um espaço privilegiado de formação integral e exercício da cidadania. Nesse contexto, a educação é compreendida como um processo contínuo de construção de valores, onde o ambiente escolar atua como o alicerce para o desenvolvimento de competências sociais fundamentais, como a empatia, o respeito às normas e a responsabilidade coletiva. Ao integrar temáticas de relevância social — a exemplo da segurança no trânsito — ao cotidiano acadêmico, a instituição de ensino assume seu papel estratégico na formação de indivíduos críticos e conscientes, capazes de reconhecer que o aprendizado adquirido em sala de aula é uma ferramenta de intervenção direta na realidade e um compromisso ético com a preservação da vida em sociedade.

A Aproximação entre Segurança Pública e Ambiente Escolar: O Policial como Agente Educador

A presença de autoridades de segurança no ambiente escolar vai além da vigilância, inserindo-se na lógica do policiamento comunitário, que busca a construção de laços de confiança e a resolução de problemas através da colaboração mútua. Ao ocupar o espaço escolar, o policial humaniza a figura da lei e transforma a autoridade em uma referência de cidadania, desmistificando o distanciamento entre a força pública e a sociedade civil. Essa interação pedagógica é fundamental para que o estudante compreenda a segurança não como uma imposição repressiva, mas como uma condição necessária para o bem-estar coletivo.

Nesse contexto, a atuação de profissionais como o PM Wilis Nascimento exemplifica a eficácia dessa estratégia de aproximação. Ao dialogar diretamente com o corpo discente, o palestrante reforça a ideia de que a segurança pública e a educação são pilares complementares na formação do indivíduo. Em sua intervenção na EREM Aureliano, ele destacou que o papel da autoridade no ambiente de ensino é o de um mediador de valores, afirmando que 'o cuidado

com a vida no trânsito não é apenas uma regra de conduta, é um ato de amor que começa na escola e se estende para toda a família' (Nascimento, 2026)

Assim, essa perspectiva reafirma o policial como agente multiplicador, cuja presença em sala de aula sensibiliza os jovens ao protagonismo na prevenção. Assim, a integração entre segurança e educação humaniza a autoridade pública e transforma a escola em um laboratório de cidadania, onde a teoria sobre o trânsito se converte em compromisso coletivo com a preservação da vida

Sob essa ótica, a função policial, historicamente vinculada ao monopólio da força e à coerção, atravessa hoje um processo de ressignificação. No âmbito da educação no trânsito, essa transição permite que o agente de segurança transcenda o papel punitivo, utilizando seu saber técnico para promover a conscientização no ambiente escolar. Assim, a polícia deixa de atuar apenas na fiscalização das vias para consolidar-se como um agente educativo, que humaniza a relação entre lei e cidadão e converte a autoridade em instrumento de preservação da vida (BRASIL, 2017). Ao adotar essa postura preventiva, a polícia fortalece o vínculo de confiança com a comunidade, transformando a educação para o trânsito em um pilar de proteção social que prioriza a mudança de comportamento e a valorização da vida sobre a simples aplicação da sanção.

Como discute Moraes (2020), a atuação do policial no ambiente escolar demanda uma ressignificação do seu papel institucional. Ao transcender a lógica puramente repressiva, o agente de segurança passa a exercer uma função educativa, utilizando o diálogo e a mediação de conflitos como ferramentas essenciais para a promoção da cidadania e a preservação da vida dentro da escola.

Conforme analisado por Romero (2026), a atuação do policial no ambiente escolar representa uma mudança de paradigma na segurança pública brasileira. Ao transitar do modelo repressivo para o preventivo, o agente de segurança torna-se um educador social que, por meio do diálogo e de metodologias participativas, fortalece os vínculos entre polícia, escola e comunidade, consolidando a educação como ferramenta estratégica de prevenção à violência.

Segundo Ribeiro e Oliveira (2016), a atuação do policial no ambiente escolar exige uma ruptura com o modelo puramente repressivo, consolidando a figura do "policial educador" que atua em parceria com a comunidade para a promoção da cidadania e da cultura de paz. Essa nova perspectiva transforma o agente em

um mediador de conflitos e um facilitador de valores, cuja presença nas escolas não impõe medo, mas serve como um elo de proximidade essencial para a construção de um ambiente seguro e acolhedor para o desenvolvimento dos jovens.

A Escola como Polo Multiplicador de Conhecimento

A perspectiva freireana corrobora a ideia de que a educação não deve se limitar à transmissão passiva de normas, mas constituir-se como um processo de reflexão sobre o cotidiano. Nesse sentido, Freitas e Forster (2016) destacam que, ao fundamentar a prática educativa no pensamento de Paulo Freire, busca-se a superação da ‘educação bancária’ em favor de uma formação que instrumentalize o sujeito a criar e recriar sua conduta.

Sob essa ótica, o presente estudo compreende que a educação viária no ambiente escolar, ao promover o diálogo entre especialistas e alunos, transcende a instrução teórica, transformando o estudante em um agente pesquisador de sua própria realidade, capaz de converter o aprendizado em um compromisso ético e prático com a preservação da vida .

Conforme preconiza o Ministério da Educação (BRASIL, 2019), a educação escolar deve superar a fragmentação do saber em direção a uma visão sistêmica e integrada. Nesse sentido, a inserção de temas contemporâneos transversais — como a educação viária — permite que a escola cumpra sua função social de formar cidadãos aptos a compreender e intervir em sua realidade. Assim, a presença de autoridades policiais no ambiente escolar, ao dialogar com os estudantes, exemplifica a prática de uma educação que transcende os muros institucionais, transformando o conhecimento técnico em compromisso ético com a vida e a cidadania

Com tudo, a escola configura-se como um ecossistema de formação integral que transcende a mera instrução acadêmica, atuando como um espaço vital de socialização, desenvolvimento emocional e construção ética, onde a convergência entre saberes formais e vivências práticas instrumentaliza o estudante para o exercício pleno da cidadania e para a superação dos desafios da realidade social(COLÉGIO SÃO FRANCISCO XAVIER, 2026). Dessa forma, o ambiente escolar consolida-se como o alicerce fundamental para que o estudante não

apenas compreenda o mundo ao seu redor, mas também se torne um agente transformador, capaz de intervir positivamente na construção de uma sociedade mais justa e resiliente.

Além disso, a escola contemporânea superou a visão tradicional de ser apenas um local de repasse de conteúdos, consolidando-se como um ambiente dinâmico de formação múltipla, onde a interação entre alunos, professores e comunidade permite a construção coletiva de saberes e o fortalecimento da identidade profissional.(Armindo; Yoshimoto; Pereira, 2015) . Nesse cenário, a escola deixa de ser um espaço estático para se tornar um ecossistema vivo, onde a aprendizagem transcende a teoria e se transforma em uma experiência prática de cidadania, preparando o indivíduo não apenas para o mercado, mas para atuar de forma crítica e consciente na sociedade .

Nesse sentido, a Educação para o trânsito insere-se como um tema transversal indispensável, deixando de ser apenas uma instrução sobre regras de trânsito para se tornar um exercício prático de cidadania. Ao integrar a escola, as famílias e o entorno, o ambiente escolar torna-se um espaço de reflexão sobre comportamentos seguros e éticos, permitindo que o conhecimento construído coletivamente sobre a mobilidade urbana extrapole os muros da instituição e promova, efetivamente, a preservação da vida e a convivência harmoniosa no espaço público

Outro ponto importante, a escola configura-se como um organismo vivo e dinâmico, atuando como um espaço privilegiado de formação onde a prática docente, pautada pela autonomia e pelo pensamento crítico, favorece o desenvolvimento de competências essenciais para a convivência social (Vellenich *et al.*, 2017). Nesse contexto, a educação para a segurança no trânsito transcende a teoria, consolidando-se como um exercício prático de cidadania que, ao ser vivenciado coletivamente, promove atitudes responsáveis e a preservação da vida

Em suma, conforme Da Silva Araújo *et al.* (2025), a escola atua como um elo vital entre o conhecimento acadêmico e a prática social, sendo um espaço onde a aprendizagem se torna significativa ao integrar teoria e vivência cotidiana. Ao promover a interação entre diferentes saberes, a instituição escolar não apenas transmite conteúdos, mas fomenta uma formação cidadã e crítica, na qual o exemplo e a prática responsável — como a observada na educação

para a segurança no trânsito — consolidam-se como pilares para o desenvolvimento sustentável e a transformação da realidade local .

RESULTADOS

A análise dos dados coletados permite observar que a presença do “policial educador” no ambiente escolar, exemplificada pela atuação na EREM Aureliano, promove uma ruptura significativa com o paradigma puramente repressivo. Os resultados indicam que, ao transpor o saber técnico da segurança pública para a linguagem pedagógica, cria-se um canal de comunicação que humaniza a figura do agente e aproxima a comunidade escolar das questões de segurança viária.

Um ponto central identificado é que, quando o diálogo sobre o trânsito ocorre dentro da sala de aula, ele deixa de ser visto pelos estudantes como uma imposição normativa e passa a ser compreendido como uma estratégia de preservação da vida. A experiência prática relatada durante as intervenções demonstra que o aluno deixa de ocupar uma posição passiva e torna-se um agente multiplicador de condutas seguras em seu núcleo familiar e social.

Além disso, a articulação entre a teoria — fundamentada por autores como Ribeiro e Oliveira (2016) — e a prática documental observada em Carnaubeira da Penha revela que a educação no trânsito é um processo transversal. O sucesso dessa estratégia não reside apenas na transmissão de leis de trânsito, mas na construção de uma cultura de paz e de cidadania. Portanto, os resultados apontam que a integração entre forças de segurança e instituições de ensino é vital para a formação de condutores e pedestres mais conscientes, transformando a percepção de risco e fortalecendo o compromisso ético de cada indivíduo com a segurança coletiva.

Outro aspecto relevante observado nos resultados é a sustentabilidade dessa iniciativa no contexto escolar. A continuidade de ações como as desenvolvidas em Carnaubeira da Penha sugere que a educação para o trânsito, quando inserida no calendário letivo de forma recorrente, combate a cultura da negligência no trânsito. Ao estabelecer uma relação de confiança entre a Polícia e o corpo discente, a escola deixa de ser um espaço isolado e passa a atuar como um

centro de inteligência social, onde os debates sobre a segurança no trânsito integram o projeto político-pedagógico, garantindo que o aprendizado não seja efêmero, mas sim parte da formação cidadã permanente do jovem.

Por fim, a análise permite inferir que a eficácia dessa metodologia reside na sua capacidade de adaptação à realidade local. Diferente de campanhas genéricas, a presença de especialistas que conhecem as nuances e os desafios das vias do município permite que o conteúdo abordado seja mais assertivo e próximo da vivência real dos estudantes. Essa personalização do conhecimento, aliada ao engajamento da comunidade escolar, demonstra que a segurança no trânsito é, fundamentalmente, uma construção coletiva que se fortalece na medida em que a educação é utilizada como a principal ferramenta de intervenção social.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, conclui-se que a atuação do “policial educador” no ambiente escolar representa um avanço estratégico na promoção da segurança no trânsito. Os resultados desta pesquisa demonstram que, ao abandonar a postura estritamente fiscalizadora em favor de uma abordagem pedagógica, a força policial torna-se um agente ativo na formação de uma consciência coletiva voltada à preservação da vida. Assim, essa transição de paradigma não apenas humaniza a instituição, mas também confere à escola um papel central na mitigação da violência no trânsito, transformando o estudante em um multiplicador de práticas seguras em seu entorno social.

Para a sociedade, a relevância desta pesquisa reside na validação de que a educação, quando articulada com o saber técnico, é a ferramenta mais eficaz para reduzir os índices de sinistralidade e promover uma cultura de paz nas vias. Ao integrar especialistas ao cotidiano escolar, cria-se uma rede de proteção que ultrapassa os muros da instituição, impactando diretamente o comportamento das futuras gerações e fortalecendo a cidadania. No âmbito acadêmico, este estudo contribui ao oferecer uma análise empírica sobre a transversalidade da educação para o trânsito, fomentando o debate sobre a necessidade de políticas públicas que aproximem as forças de segurança dos processos educativos e validando a eficácia dessa práxis pedagógica.

Contudo, é importante reconhecer que esta pesquisa apresenta limitações, uma vez que se concentrou em um recorte geográfico e institucional específico — a palestra ministrada pelo PM Wilis Nascimento na EREM Aureliano, em Carnaubeira da Penha —, o que restringe a generalização dos resultados para contextos urbanos com dinâmicas de trânsito distintas.

Diante disso, recomenda-se para trabalhos futuros a realização de estudos longitudinais que acompanhem o comportamento dos alunos egressos após as intervenções, bem como pesquisas comparativas entre diferentes municípios, a fim de consolidar modelos de educação viária que possam ser replicados em larga escala com eficácia comprovada. Ao final, compreende-se que a segurança no trânsito é um reflexo do compromisso ético de uma sociedade que prioriza a vida como o valor máximo de sua convivência.

REFERÊNCIAS

ARMINDO, J. H.; YOSHIMOTO, G. M. F.; PEREIRA, D. S. **A escola como espaço de formação múltipla e contínua. Revista Ensino e Educação,**

, v. 1, n. 1, 2016. Disponível em: <https://revistaensinoeducacao.pgsscogna.com.br/ensino/article/view/2892>. Acesso em: 4 jun. 2026.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Dilemas do ensino policial: heranças e pistas inovadoras.** /n: SJC: volume 7. Brasília: MJSP, 2017. Disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/estudos/sjcvolume7/dilemas_ensino_policial_herancas_pistas_inovadoras.pdf. Acesso em: 4 jun. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Temas contemporâneos transversais na BNCC: propostas de práticas de implementação. Brasília: MEC/SEB, 2019. Disponível em:** https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/guia_pratico_temas_contemporaneos.pdf. Acesso em: 4 jun. 2026.

COLÉGIO SÃO FRANCISCO XAVIER. **A escola como espaço de aprendizagem.** São Paulo: Sanfra,. Disponível em: <https://sanfra.g12.br/a-escola-como-espaco-de-aprendizagem/>. Acesso em: 4 jun. 2026.

DA SILVA ARAÚJO, Alverlan *et al.* POLO DE PORTAS ABERTAS. **Extifal**, v. 3, n. 2, p. 54-68, 2025.

FREITAS, Ana Lúcia Souza de; FORSTER, Mari Margarete dos Santos. Paulo Freire na formação de educadores: contribuições para o desenvolvimento de práticas crítico-reflexivas. **Educar em Revista**, n. 61, p. 55-69, 2016.

MORAES, Hélio Paixão de. **A funcionalidade do policiamento dentro do espaço escolar.** 2020. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020. Disponível em: https://www.ppgsp.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/teses_e_dissertacoes/dissertacoes/2018/201814%20-%20MORAES.pdf. Acesso em: 4 jun. 2026.

ROMERO, Jaqueline Colauto. **O POLICIAL MILITAR COMO AGENTE DA EDUCAÇÃO SOCIAL NO BRASIL: FUNDAMENTOS LEGAIS, PAPEL DO ESTADO E A ATUAÇÃO EDUCATIVA NO PROERD.** Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 12, n. 2, p. 1-10, 2026.

RIBEIRO, Paula *et al.* Segurança e cidadania: construindo caminhos. **Revista Ciência & Polícia**, v. 4, n. 1, 2016.

VELLENICH, Ana Maria; FERREIRA, Adriano; MARCONDES, Nilsen; CASTRO, Maria Aparecida Campos Diniz de. Comunidade aprendente: a escola como locus de formação e desenvolvimento do professor. EccoS – **Revista Científica**, São Paulo, n. 42, p. 161-176, jan./abr. 2017. DOI: <https://doi.org/10.5585/eccos.n42.3942>. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/3942>. Acesso em: 4 jun. 2026.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Luan Tarlau Balieiro

Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE) da Universidade Estadual de Maringá (UEM), com Estágio Científico Avançado (Modalidade: Doutorado Sandwich no Exterior - SWE/CNPq) em Ciências da Educação, na especialidade de Sociologia da Educação e Política Educativa, no Instituto de Educação da Universidade do Minho (*Campus* de Gualtar/Braga/Portugal). Mestre em Educação pelo mesmo Programa e Universidade (PPE/UEM). Especializou-se nas seguintes áreas: Docência na Educação Superior, Libras, Linguagem Jurídica e Revisão de Textos. Licenciou-se em Letras pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), com habilitação em Língua Portuguesa e Literaturas Correspondentes (com concessão de Láurea Acadêmica de Graduação), e em Pedagogia pelo Centro Universitário Cidade Verde (UniCV). Professor no Ensino Superior, especificamente no Curso de Bacharelado em Direito e na pós-graduação lato sensu (área: Linguagens). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7368107622347145>

Gislaine Buraki de Andrade

Professora do Ensino Fundamental na Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel, atualmente na função de Gerente da Divisão de Gestão Escolar no acompanhamento e formação continuada de Diretores, Técnica da Comissão de Acompanhamento e Monitoramento do Plano Municipal de Educação de Cascavel. É representante da Semed no Conselho Municipal de Educação, Coordenadora da Comissão do Fórum Permanente de Educação e da Comissão de Avaliações Periódicas e Monitoramento Contínuo do PME Cascavel. É tutora do Programa Formação pela Escola no Estado do Paraná. Atuou como representante da Semed no Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb entre 2017-2022. É Professora e Coordenadora Pedagógica do Curso de Graduação de Pedagogia Presencial e EaD do Centro Universitário Univel, atuou como Coordenadora Institucional do Programa Residência Pedagógica bolsista pela Capes (2018 a 2024). É docente da Pós-graduação lato sensu em Educação Infantil da Unioeste. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8304053536237142>

Aline Rodrigues Alves Rocha

Possui graduação em Psicologia(2005) e Pedagogia(2013) pela Universidade

SOBRE OS ORGANIZADORES

Estadual de Maringá. Especialista em Orientação, Inspeção e Supervisão Escolar pelo Centro Universitário Barão de Mauá (2016) e mestre em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (2016). Doutora em educação (2023) pela Universidade Estadual de Maringá e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Básica e Superior (GEDUC). Tutora da educação à distância no âmbito da graduação e pós graduação, professora na rede pública municipal, atuante como supervisora escolar na coordenação pedagógica do município, professora no ensino superior na rede privada.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1088628240292075>

ÍNDICE REMISSIVO

C

Currículo Escolar: 10, 11, 13, 14, 18, 19, 20, 25

D

Desigualdade Social: 16, 19, 22, 23, 25

E

Educação: 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42

Ensino-Aprendizagem: 15, 22, 23, 24, 25, 29

F

Família: 22, 23, 24, 25, 27, 29, 31, 32, 33, 34, 36

Formação Cidadã: 10, 11, 13, 16, 17, 18, 19, 20, 38, 40

G

Gênero: 9

I

Inteligência Natural: 22, 27, 28, 29

Interativa: 26

L

Língua Portuguesa: 21, 22, 23, 25, 26, 28

P

Policial Educador: 32, 34, 36, 39, 40

S

Segurança no Trânsito: 32, 33, 34, 35, 38, 39, 40, 41



científica digital



VENDA PROIBIDA - ACESSO LIVRE - OPEN ACCESS

